

CONTAS PÚBLICAS

Dívida federal em títulos cresceu 60% em dezembro

Aumento foi provocado, principalmente, pela transferência dos débitos dos Estados

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — A dívida mobiliária (em títulos) do Tesouro Nacional cresceu 60% em dezembro e chegou a R\$ 225 bilhões, de acordo com dados que deverão ser divulgados na próxima semana. Em novembro, a dívida estava em R\$ 140 bilhões. O principal responsável por esse aumento é o acordo de refinanciamento da dívida mobiliária de São Paulo, que exigiu a emissão de papéis federais no valor de R\$ 59 bilhões. Em janeiro, foram emitidos os títulos para refinarciar as dívidas do Ceará e Bahia.

A dívida deve continuar crescendo em fevereiro, pois outros Esta-

dos já assinaram contrato com o governo federal e só aguardam autorização do Senado para fazer a rolagem. Até ontem, eram Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Paraíba e Maranhão.

O governo espera emitir no máximo R\$ 103 bilhões para refinarciar as dívidas e reestruturar o sistema financeiro dos Estados. Esse é o valor da suplementação do Orçamento de 97 solicitada no fim do ano ao Congresso. Essa verba deverá acomodar todas as negociações com os Estados.

Embora o valor seja elevado, terá efeito nulo sobre o cálculo da dívida líquida do setor público (que considera governo federal, Estados, municípios e estatais). Na prática, toda a operação significa a simples transferência das dívidas da esfera estadual para a federal, em condições de prazo e remuneração mais favoráveis. A expectati-

va do governo é que, este ano, os Estados melhorem suas contas, pela redução dos gastos com juros e porque, para obter o refinanciamento do Tesouro, se comprometeram com programas de ajuste fiscal que prevêem aumento da receita e redução das despesas.

Em 97, as esperanças de cumprir as metas já estavam sepultadas em novembro, por causa do mau desempenho da Previdência. A impossibilidade de atingir um superávit primário (receitas menos despesas, sem contar gastos com juros) de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas do governo já havia sido admitida no mês passado pelo secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães.

A meta do governo era obter um superávit primário de 1,5% do PIB para o conjunto do setor público, sendo destes 0,8% do PIB no governo federal. Tesouro obteria 0,5% —

na verdade, foi o único a cumprir o esperado, fechando as contas com superávit de 0,7%. Esse bom resultado foi possível porque a Receita bateu recorde de arrecadação em dezembro.

O principal responsável pelo mau resultado das contas do governo, a Previdência, registrou déficit de R\$ 2,5 bilhões, apesar do repasse pelo Tesouro de R\$ 5 bilhões em títulos em dezembro. Segundo o ministro Reinhold Stephanes, poderá superar os R\$ 5 bilhões em 98, caso não seja aprovada a reforma da Previdência Social.

EXPECTATIVA É
QUE ESTADOS
MELHOREM
SUAS CONTAS

Incentivo para tecnologia pode aumentar

PEDRO LUIZ RODRIGUES

BRASÍLIA — O governo decidiu reexaminar o corte de 50% nos incentivos fiscais para os investimentos do setor privado em projetos de inovação tecnológica. O corte integrava o pacote fiscal anunciado no fim do ano passado. A decisão foi anunciada anteontem ao ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, pelo próprio presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Segundo um assessor do Ministério da Ciência e Tecnologia, o presidente teria ficado sensibilizado com os argumentos que lhe foram apresentados pelo ministro anteontem. Os dados

apresentados por Vargas ao presidente mostram que o setor privado, apostando na política de incentivos, já teria assinado cerca de 200 contratos de pesquisa de novos produtos e tecnologias com universidades e centros de pesquisa. Segundo o assessor, o ministro indicou que essa movimentação envolveria R\$ 2 bilhões.

O pacote fiscal reduziu de 8% para 4% o teto para dedução no Imposto de Renda líquido devido dos gastos efetivados em pesquisa e desenvolvimentos nas empresas. Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, a economia que esse corte proporcionaria ao Tesouro este ano equivaleria a apenas 0,2% da arrecadação fiscal total.